

**ENTRE O EPISÓDIO E A FLUTUAÇÃO: AS TERRITORIALIDADES EPISÓDICAS
E AS IDENTIDADES FLUTUANTES DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

BETWEEN THE EPISODIC TERRITORIALITIES AND FLOATING IDENTITIES OF
2013 JUNE BRAZILIAN PROTESTS

ENTRE EL EPISODIO Y LA FLUCTUACIÓN: LAS TERRITORIALIDADES
EPISODICAS Y LAS IDENTIDADES FLOTANTES DE LAS PROTESTAS BRASILEÑAS
DE JUNIO DE 2013

Gustavo Souza Santos¹

Resumo: Protestos, manifestações e mobilizações sociais se configuram como acontecimentos sociopolíticos, culturais, midiáticos e simbólicos. Todavia, sua envergadura tem por lastro o espaço. Seja pelas ruas, espaços públicos ou monumentos, o espaço e sua conjuntura de poder são coparticipantes da insurgência. Das relações de poder e das rugosidades espaciais, emergem mobilizações como influxos de sujeitos que se unem por laços de insurreição a partir de um objeto comum ou disputado de querela. Isso implica considerar que mobilizações sociais são constituídas não apenas de espacialidades, mas de territorialidades e exercícios identitários, na medida em que se denotam atravessamentos ruidosos da realidade e seus sistemas. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil são o exemplar de análise deste trabalho que reflete suas configurações territoriais, explorando suas tessituras como um acontecimento político e espacial, bem como suas dinâmicas socioculturais e simbólicas, posicionando os conceitos de territorialidades episódicas e identidades flutuantes. A contemporaneidade dos movimentos e mobilizações sociais têm provocado debates sobre sua estrutura, reprodução, significados e, sobretudo, evanescência. É nesta tipologia que a novidade da agência e da potência de tais atos se abriga: o episódico, o flutuante, o dissoluto e o fluido são matrizes para a produção dos sujeitos, de suas lutas e coletividades. Para tanto, flexões identitárias e relações territoriais delimitadas no tempo e no espaço se imiscuem da conjuntura insurgente e da dinâmica das redes para criar o quadro sociopolítico do presente, como junho de 2013 revela.

Palavras-chave: Território; Mobilização social em rede; Insurgência; Protesto.

Abstract: Protests, demonstrations and social mobilizations are configured as sociopolitical, cultural, mediatic and symbolic events. However, its scope is based on space. Whether in the streets, public spaces or monuments, space and its conjuncture of power are co-participants in the insurgency. From power relations and spatial roughnesses, mobilizations emerge as influxes of subjects that are united by insurrection ties based on a common or disputed object of quarrel. This implies considering that social mobilizations comprise not only spatialities, but

¹Doutor em Desenvolvimento Social (Unimontes). Professor das faculdades de Comunicação Social e de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Monte Claros-MG. Pesquisador do Cidadino, Grupo de Pesquisa em Temáticas Urbanas, e do POP, Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura. E-mail: gustavo.ccpv@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3410976683726091> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>.

territorialities and identity exercises, insofar as they denote noisy crossings of reality and its systems. The 2013 June Brazilian protests are the example of analysis of this work that reflects the territorial configurations of 2013 June, exploring its textures as a political and spatial event, as well as its sociocultural and symbolic dynamics, positioning the concepts of episodic territorialities and floating identities. The contemporaneity of social movements and mobilizations has provoked debates about their structure, reproduction, meanings and, above all, evanescence. It is in this typology that the novelty of the agency and the potency of such acts is sheltered: the episodic, the floating, the evanescent and the fluid are matrices for the production of subjects, their struggles and collectivities. To this end, inflections of identity and territorial relations delimited in time and space intermingle with the insurgent conjuncture and the dynamics of networks to create the sociopolitical framework of the present, as the 2013 June Brazilian protests reveal.

Keywords: Territory; Network social mobilization; Insurgency; Protests.

Resumen: Las protestas, manifestaciones y movilizaciones sociales se configuran como eventos sociopolíticos, culturales, mediáticos y simbólicos. Sin embargo, su alcance se basa en el espacio. Ya sea en las calles, espacios públicos o monumentos, el espacio y su coyuntura de poder son copartícipes de la insurgencia. Desde las relaciones de poder y la aspereza espacial, las movilizaciones emergen como flujos de sujetos que se unen por lazos de insurrección a partir de un objeto de disputa común o disputado. Esto implica considerar que las movilizaciones sociales comprenden no sólo espacialidades, sino territorialidades y ejercicios identitarios, en tanto denotan cruces ruidosos de la realidad y sus sistemas. Los Viajes de junio de 2013 en Brasil son el ejemplo de análisis de este trabajo que refleja las configuraciones territoriales de junio de 2013, explorando sus texturas como evento político y espacial, así como sus dinámicas socioculturales y simbólicas, posicionando los conceptos de territorialidades episódicas y flotantes. La contemporaneidad de los movimientos y movilizaciones sociales ha suscitado debates sobre su estructura, reproducción, significados y, sobre todo, evanescencia. Es en esta tipología que se cobija la novedad de la agencia y la potencia de tales actos: lo episódico, lo flotante, lo evanescente y lo fluido son matrices para la producción de sujetos, sus luchas y colectividades. Para ello, las inflexiones de identidad y las relaciones territoriales delimitadas en el tiempo y el espacio se entremezclan con la coyuntura insurgente y la dinámica de redes para conformar el entramado sociopolítico del presente, como revela la fotografía de junio de 2013.

Palabras clave: Territorio; Movilización social en red; Insurrección; Protesta.

Introdução

Mobilizar-se é deslocar individualidade, afeto, corpo, consciência e imaginação sobre o espaço. Este espaço se acende materialmente e se potencializa para além de contornos imagináveis, espacializando a criatividade humana que idealiza localidades das quais o desejo e a vontade possam habitar harmonicamente. A luta é o curso necessário para que o beneplácito da realização do *zoon politikon* aconteça.

A insurgência é um processo que, nascendo em torrente a partir do levante intra e intersubjetivo do sujeito, só se processa nas aderências do espaço. É a espacialidade o substrato, percurso e o aporte dos sentidos da luta. A epistemologia do espaço aponta para uma categoria

material e imaterial participante dos processos humanos, mas sobretudo que fala, discorre e é verbo.

A condição material dos espaços fornece as tessituras para que a imaginação criadora dos sujeitos dê vazão às realidades reimaginadas de sua condição, e que são metas da tensão instalada com a mobilização. Mobilizar-se, logo, é um exercício eminentemente espacial. Mobiliza-se no espaço, do espaço, pelo espaço e por um Espaço.

Em contrapartida, arranjos e tratativas sociopolíticas aditivam o espaço na medida em que atores sintagmáticos, como discorre Raffestin (1993), exercem sobre ele programas e agendas. Este processo de apropriação concreta ou abstrata do espaço é o que caracteriza um território. O território é a arena do poder, e como tal, esteio para as operações sociopolíticas, como as mobilizações sociais.

O território é mais do que um depositário de um sistema político-jurídico, mas um espaço de forças, do qual circulam fluxos, energias produtivas, informações, identidades e toda sorte de relações espaciais - logo territoriais. O território é a prisão que os indivíduos construíram para si mesmos, na medida em que o espaço é a prisão original (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, as dinâmicas socioespaciais implicam em uma sucessão continuada de práticas, táticas e arranjos de aprisionamentos, libertações e emancipações (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2006).

Quando se discute as dinâmicas de produção e reprodução de um protesto, manifestação, movimento ou mobilização social, tem-se não apenas um arcabouço sociopolítico, cultural e midiático, mas também espacial. A insurgência como expressão sociopolítica mobilizadora entre as fendas e protuberâncias do poder aciona, nesse ínterim, as configurações territoriais das quais uma mobilização se origina e trafega.

Para operar-se como tal, uma mobilização social incide sobre a malha do espaço, e portanto, sobre suas nervuras territoriais para reclamar objetos de anelo, opressão ou para conclamar novos projetos sociais. Isto só é possível, na medida em que a coletividade que se une em querela combine seus exercícios identitários a partir de espacialidades múltiplas no desenvolvimento de territorialidades solidárias ao objeto insurgente.

As mobilizações sociais contemporâneas têm revelado este desejo. Já não mais partem da conjuntura clássica de organização formal de movimentos sociais, mas se unem no influxo de informações e relações feitas no *momentuum* de detonação dos atos. As Jornadas de Junho de 2013 são um exemplar deste quadro. A partir de um escopo delimitado previamente, sua eclosão nasce abruptas sob territorialidades solidárias, insurgentes e, em seguida, efêmeras.

As Jornadas de Junho ficaram conhecidas como uma série de protestos brasileiros que ocuparam os 26 estados e o Distrito Federal, contando com 538 municípios, bem como 73 cidades do exterior, reunindo cerca de 2,7 milhões de manifestantes em 13 dias de mobilização (SANTOS, 2021). A partir dos protestos do Movimento Passe Livre (MPL) pelo aumento da tarifa do transporte público de São Paulo e sua recepção político-midiática, o escopo se ampliou, implodindo demandas múltiplas e agremiando interesses diversos em uma multidão tão aglutinada como controversa.

À guisa de junho de 2013, reflete-se neste trabalho as configurações territoriais do movimento, explorando suas tessituras como um acontecimento político e espacial, bem como suas dinâmicas socioculturais e simbólicas. Metodologicamente, por meio de estudo de caso, explora-se a característica de enxameamento, característica de mobilizações sociais em rede, partindo das particularidades de detonação e efemeridade dos atos, posicionando dois conceitos: territorialidades episódicas e identidades flutuantes.

Metodologicamente, analisa-se o caso em questão explorando o aporte documental dos três jornais impressos de maior circulação no período da mobilização², entendendo tal tipologia midiática como assaz referencial para entendimento da construção factual dos objetos sociopolíticos. Toma-se por referencial a narrativa jornalística e desenvolve-se o perfilamento do fenômeno, checando suas propriedades territoriais e insurgentes.

Entre episódios e flutuações: dinâmicas territoriais e insurgentes de junho de 2013

Da multidão mobilizada às identidades flutuantes

A mobilização supõe a multidão, o coletivo, a massa, o volume, o contingente humano em trânsito, em fluxo, em passe. A manifestação popular é categoricamente um fenômeno da coletividade. Suas táticas e performances são produtos de linguagens aglutinadas de sujeitos que se combinam em direções perpendiculares diante de um objeto, um objetivo e um opositor.

Há no caráter multitudinário, porém, um ranço lascivo. A princípio por sua característica modal de perturbar as linhas da ordem, causando ruptura e subversão. Mas a multidão ainda é suspeita por ser um corpo uno e convalescente. Isto é, ao passo em que agrega a diferença, ao mesmo tempo a suplanta e massifica.

Ortega y Gasset (2019) pondera que as matrizes do conhecimento da multidão se reduzem ao quantitativo e ao visual. Multidão, povo ou massa sempre foram perspectivas

²Os veículos, apurados sob consulta ao Instituto Verificador da Comunicação (IVC), vinculado à Associação Nacional de J

terminológicas para a concretude conceitual de sociedade: dividido entre massa e minoria. A minoria designaria pequenos grupos de indivíduos qualificados, e a massa o contingente de indivíduos não qualificados.

Adorno (2005) elaborava que a massa estava subjugada à produção capitalista, sobretudo no campo de força da indústria cultural, localizando-a em uma cultura não autêntica e subserviente, a cultura de massa. A homogeneização e a estetização eram marcadores característicos de coerção, despolitização e programação dos indivíduos.

Martín-Barbero (2001), por outro lado, entende que do povo-mito às massas, as multidões passaram de uma ameaça de barbárie externa ao ideal de sociedade construído por atores hegemônicos à uma ameaça interna, que podem corroer a tradição e o tecido social ordeiro.

A busca pelo enquadramento conceitual de sociedade e povo é historicamente uma tentativa hegemônica de exercício de poder. Definir sociedade é erigir um ordenamento e um conjunto de práticas à obediência. Definir povo é homogeneizar a diversidade que poderia ser volátil às agendas em curso (ORTEGA Y GASSET, 2019; MARTÍN-BARBERO, 2001)

Ocorre que a massa, a multidão e a coletividade são intrínsecas à mobilização social. O quantitativo é plástico, mas o qualitativo que na multidão mobilizada revela sua condição política: a diferença e a unidade como elementos de negociação, coalizão e sociabilidade.

Desse modo, Hardt e Negri (2005, p. 12) discorrem que:

O povo é uno. A multidão, em contrapartida, é múltipla. A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares.

Enquanto a massa pressupõe homogeneidade não qualificada, indiferente e alheia, a multidão supõe diferença e instabilidade na produção desta diferença. A diferença qualifica o coletivo, na medida em que sua essência é ativada por múltiplas histórias, repertórios, objetivos e sentidos. O multitudinário é um circuito do constante conflito de diferenciação, assujeitado por negociações constantes de unidade.

Massa ou povo são acepções estanques, unificadoras, estabilizantes e planificadas. A multidão é uma corporificação da diferença, mas que não se mantém unificada, é um produto

de operações singulares em que relações, afetos, ações e ideais produzem as formas da unidade para uma existência em diversidade.

Sob o testemunho das mobilizações sociais das últimas décadas, uma de suas características controversas é a aglutinação de grupos, ideários, classes e práticas. Este unísono improvável só é possível por uma recusa contemporânea da identidade legitimadora praticada há longas durações³ e ainda celebrada pela sociedade globalizada. O global pavimentou um caminho para que a diferença fosse percebida como corporeidade biopolítica potente.

A multidão aqui em debate não é romântica. Não participa das definições benfazejas de um conjunto populoso vitorioso. Ou de uma mitomania da participação. O corpo multitudinário, ao contrário, é uma operação convalescente e autofágica. Sua potência é originária dos sujeitos, e sua unidade é alcançada no exercício sociopolítico de ampliação da consciência do tempo e da leitura do espaço.

Esta multidão é imanente, potente e integradora (HARDT; NEGRI, 2005). A imanência vem do afluxo de subjetividades e de singularidades que agem em comum, a despeito da diferença. A potência vem da fuga da atomização da massa, isto é, não se tira a capacidade de autonomia e independência. E a integração advém do potencial de abarcar distintas matrizes, grupos e classes sem que estes sejam negados na primeira instância.

Fica compreensível, deste modo, a plasticidade quantitativa e qualitativa na reprodução de mobilizações sociais em rede. A sociabilidade aderente da diferença em movimento - sob o aporte da rede - e a articulação desta unidade temporária de ação desafiam a compreensão. Não se trata apenas da essência do diferente, mas de um devir diferente nascido na multidão mobilizada (HARDT; NEGRI, 2005).

Em Junho de 2013, como em outros exemplos de mobilizações, esta constituição multitudinária tem na rede seu elemento balizador. Todavia, a rede é a linguagem da ação, seu código mestre. O que opera a continuidade da mobilização enquanto corpo biopolítico é a identidade. Ou melhor, as identidades. E ainda, a economia das identidades.

Se a multidão é uma articulação entre singularidades que agem em comum, o caráter identitário, que busca reconhecimento, seria uma contradição ou um fator detrator da força multitudinária, já que tornaria porosa sua ação. Entretanto, a baliza das redes ao compor o sujeito híbrido, não oblitera sua identidade, mas as dispõe como elementos dos próprios nós da rede e catalisadores da ação.

³Longa duração aqui entendida junto ao conceito de Braudel (1966).

Por identidade, entende-se com Castells (2018, p. 22-23):

[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. [...]. Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção da identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

Castells (2019) elucida o poder das identidades como vínculos produtivos da realidade e dos indivíduos no contexto dos conflitos globalizados, em face à sociedade em rede. Antes de se esgançar no debate do identitarismo, a categoria identidade é tida aqui como um elemento humano indissociável para sua navegação sociopolítica e, portanto, acionada no ato de se mobilizar.

O conceito não se afigura a uma embalagem de subjetividade, mas é uma construção impermanente que evoca imagens, repertórios, acontecimentos e experiências subjetivas e interacionais dos sujeitos. Há na identidade, conteúdos sócio-históricos, geográficos, políticos e culturais em edição e reedição contínuas.

Desse modo, quando a multidão mobilizada se forma, estas singularidades, isto é, as identidades dos sujeitos, portam e ativam significados diversificados de produção da vida, do cotidiano e da própria condição humana. A identidade é uma das tramas do devir. E como tal, são componentes da ação humana.

A multidão é uma potência humana. Carrega em sua formação corpos, rostos, vozes, afetos e relações dos indivíduos que, na singularidade em comum, se interpolam em uma unidade - na diversidade. É esta celebração da singularidade na multidão, fecundada pelas identidades como oásis de significados, que potencializa a envergadura e a pujança de uma mobilização social.

O caráter insurgente e solidário das mobilizações se liga, em última instância, à categoria identidade. Identidades que, emergentes dos sujeitos, são acionadas na medida em que determinados contextos sociopolíticos ameaçam seu exercício. Tecidas como interação de

significados, as identidades produzem aderência para um exercício sociopolítico coletivo e comunitário (HALL, 2006).

Nessa trama de identidades, emergem significados que constituem a extensão da existência dos sujeitos e, concomitantemente, projetos de vida. Tais projetos são organizados na produção material e imaterial da vida em seus espaços e contextos. Contudo, inconsistências da realidade põem em xeque tais projetos e as identidades neles imbricadas que se tornam resistentes (CASTELLS, 2018).

A identidade é uma potência de vida. Nela estão circunscritos sentidos e materialidades que compõem a regularidade do cotidiano e orientam o devir dos indivíduos, denotando sua existência e sua ação. Em seu tónus estão as biografias individuais que se combinam aos pares e encontram aderência em comunidades e populações que partilham seus comuns.

O caráter identitário não é permanente ou estanque, como pode parecer, uma vez que marca a existência e experiência dos indivíduos, mas é uma celebração móvel, como argumentou Hall (2006). Combinações e recombinações dialogadas com o espaço e o tempo produzem as identidades como tessituras vivas, modulares e móveis. Essa mobilidade afugenta a noção de fragmentação e acena para o *modus operandi* social.

A sociedade não é [...] um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças revolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo "descentrada" ou deslocada por forças para fora de si mesma. As sociedades da modernidade tardia [...] são caracterizadas pela diferença; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeito - isto é, identidades - para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente, não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta (HALL, 2006, p. 17).

Na multidão mobilizada, é o caráter identitário confessado por seus interlocutores que mantém sua aderência, mesmo em contextos onde a pluralidade manifesta se contradiz e se hostiliza em sua própria estrutura. A articulação da diferença no acontecimento sociopolítico da mobilização se constrói a partir da própria condição de singularidade, encontrando coesão na partilha de elementos comuns da realidade que ameaçam suas expressões, mesmo que em níveis diferentes.

A identidade como processo de construção móvel de sentidos é também um discurso. Isto é, uma textualidade existencial, um documento humano que se sustenta esteticamente por

meio do livre exercício de si. Um discurso é um todo articulado, somando sentidos vivenciais na prática do cotidiano e nos moinhos da mente. A identidade, portanto, é uma composição articulada e negociada da diferença.

Tal qual o discurso, a identidade possui tramas e tessituras que criam uma eloquência dos sentidos funcionais de modo interno, mas vivificados quando externalizados. A feitura e as feições das identidades se processam pelos ligamentos dos sentidos para com a realidade contextual, de modo a promover a alocação dos indivíduos a um plano confessional de pertencimento.

Quando o discurso, ou melhor, as identidades não se sustentam e são afrouxadas por contextos de contestação ou ameaça aos seus sentidos construídos, ocorre uma desestruturação ou fissura: o deslocamento. Este deslocamento perturba a harmonia identitária e a põe sob uma vigília a buscar na perturbação outros sentidos capazes de devolver o que foi perdido.

Já que a identidade é uma construção, como destacou Castells (2018), sua estrutura é corrente e continuada de elementos identificatórios que se acoplam e se movem. Ao sinal de perturbação ou de ameaça a estes sentidos, não há perda, mas deslocamento (HALL, 2006). O deslocamento implica em um regime - imposto estruturalmente - temporário e compulsório de busca pelo sentido perturbado (LACLAU, 2003).

No acontecer de uma mobilização social, esquemas estruturais afetam as posições dos indivíduos e lhes fere os sentidos, agitando sua harmonia vivencial confessa nos modos de fazer e sentir o cotidiano. Sob o efeito da ruptura ou da violência de sentido, o indivíduo vai buscar suturar este equilíbrio. Nesse processo, descobre outros indivíduos que partilham da mesma realidade e faz apostas de identificação, como estratégias identitárias que o completarão provisoriamente até que os sentidos se aquietem ou se restaurem a uma unidade desejável.

O acionamento identitário e a flexão das identidades de projeto em identidades de resistência é uma prerrogativa das lutas mobilizadas que as acionam. Em junho de 2013 e nos eventos que possuem características similares, as identidades se mobilizam em dinâmicas reticuladas particulares e, tal qual a forma dos atos, se desenvolvem em torrentes de expressão e deslocamentos.

Tal característica, que deriva das redes e da estética específica das mobilizações, faz com que o acionamento das identidades se dê de forma ágil e volumosa sem que contiguidades espaçotemporais ou modos tradicionais de comunicação sejam envolvidas. O deslocamento é operado de maneira escalar, agrupando o maior número de identificações possíveis, tornando a restauração do sentido um espetáculo performático mobilizado.

Nas Jornadas de Junho, assistiu-se à pauta da mobilidade urbana gratuita e de qualidade tornar-se um índice identitário e um ícone de deslocamento. O testemunho dos atos localizados do MPL em São Paulo e a repercussão inicial ambientados midiaticamente consistiram no acionamento transversal de múltiplas identidades que, já vilipendiadas, se viram em pleno deslocamento pelo espetáculo corpográfico e coreopolítico daquele instante.

Por contágio, o deslocamento latente torna-se patente, buscando em um evento contextual e pontual, novas identificações para as feridas aparentes. A ambiência midiática ao espetacularizar de modo negativo a manifestação com a adjetivação desordeira e a baixa responsividade governamental tornaram o deslocamento um fenômeno viral e multiescalar.

A viralidade advém de uma ferida cívica bastante aparente: o tratamento coercitivo dos manifestantes e o cerceamento do direito à livre manifestação, acompanhados pela abordagem policial, cobertura jornalística e morosidade comunicativa do Estado. Esta ferida cívica da liberdade constituiu então a centelha para que o escopo dos atos se ampliasse, bem como sua envergadura.

Ora, a via do deslocamento das identidades é a busca de novos sentidos de identificação que restaurem sua acuidade original. A luta é a prática que aciona simultaneamente sujeito e identidades em uma senda objetiva. Enquanto a luta se realiza diante de um objeto e um opositor, fornece aos sujeitos em descolamento novas parcelas de identificação em um movimento convergente.

Está claro em Castells (2018), Hall (2006) e Laclau (2003) que a identidade é regida pela diferença e pela mobilidade, assim como em Hardt e Negri (2005) de que o caráter multitudinário se estabelece nas singularidades autônomas em um movimento comum. Contudo, em uma mobilização social em rede, sobretudo por sua rejeição aos cânones dos movimentos sociais, como se firma a ideia de movimento?

Chama-se atenção aqui para a produção de uma modalidade peculiar de identidades em deslocamento - características das mobilizações sociais em rede, denominadas aqui de **identidades flutuantes**. O deslocamento em Laclau (2003) é modular. Os indivíduos avançam acoplando novos sentidos para que foi antes perturbado, como um novo projeto identitário, de vida.

Na natureza das mobilizações sociais em rede, o deslocamento se dá por arranjos interacionais balizados pela dinâmica das redes, respaldando a busca dos indivíduos por novas peças de sentido originais às suas realidades particulares e específicas, mas criando uma

identidade do comum. Este comum é construído pelos sentidos de insurgência e se instrumentaliza criando uma identidade aglutinadora, responsiva à mobilização.

Esta identidade aglutinadora dos indivíduos em deslocamento abarca as expressões da diferença da multidão em luta, mas flutua como uma identificação à deriva, cuja existência está atrelada ao anelo insurgente. Sua corporeidade é a multidão e os sentidos construídos nela, dela, por ela e para ela. Sua duração é o instante mobilizador, portanto flutua, não apaga ou suplanta, mas plana sobre o exercício sociopolítico.

Identidades flutuantes não designam o anulamento ou arrefecimento das múltiplas expressões identitárias presentes no tecido social, ou mesmo uma sobreposição ou metabolização, mas a congregação dos diferentes exercícios, projetos e narrativas em uma frente mobilizada integrada. As identidades em variedade flutuam em torno da luta e, solidariamente, penetram os espaços fazendo verter sua ação.

A flutuação é uma dinâmica perecível desta modalidade identitária. É cadente nos tempos dos atos para reforçar seu vínculo, detonar sua ação e manifestar sua mensagem. Mas se desfaz quando o movimento cessa, retornando seus sentidos aos campos discursivos residuais do imaginário popular, da cobertura midiática e das tratativas político-governamentais.

Para que as identidades flutuantes e a insurgência se desenvolvam na corporeidade da mobilização, as práticas e processos comunicacionais são parte fundamental. Naturalmente, as redes são caracterizadas pela fluidez relacional e pelos sistemas próprios de formação e comunicação entre seus nós e arcos, porém as redes *on-line* oferecem novas perspectivas.

O caráter expansivo e a envergadura das mobilizações dessa natureza - que, originalmente, padeceriam de coesão pela heterogeneidade, horizontalidade e ausência de formalismo - ganha expressão pelo usufruto das conexões, dispositivos e espaços *on-line*. Organização, discussão, acesso e difusão de informações são algumas das finalidades potencializadas.

As distâncias e diferenças espaciais e temporais são minimizadas ou transformadas a partir da disjunção espaço-temporal permitida pela internet e suas redes (THOMPSON, 2004). O engajamento e o senso comunitário são reforçados por essas características que acentuam a sociabilidade e permitem alcance aos sujeitos por meio de pontos nodais.

Pelo caráter democratizado e de livre acesso dos usuários em redes *on-line*, as práticas e processos de comunicação se tornam alternativas - destarte as características já discutidas das mobilizações - e autônomas. As redes ganham, assim, acuidade para processarem sua

indignação - pela insurgência e resistência - e sua esperança - na luta e pelos projetos de vida (CASTELLS, 2018; 2013).

As identidades são também partilhas espaciais, marcadas por campos políticos. Afinal, as origens vivenciais e de produção do espaço se comprazem nas tessituras espaciais e seu conteúdo sócio-histórico. Conseqüentemente, as configurações e propriedades territoriais desempenham um papel fundamental na dinâmica da mobilização. As identidades flutuantes requerem, para sua constituição, relações territoriais particulares.

Das territorialidades insurgentes às territorialidades episódicas

[...] a coreografia teria que se tornar uma metatopografia. Lendo e ao mesmo tempo reescrevendo o chão, reinscrevendo-se no chão, por via do chão, numa nova ética do lugar, um novo pisar que não recalque e terraplane o terreno, mas que deixe o chão galgar o corpo, determinar os seus gestos, reorientando assim todo o movimento, reinventando toda uma nova coreografia social, a topocoreopolítica. Só assim pode uma cidade, o palco de vida para a maioria da humanidade neste momento em que o ser humano é, pela primeira vez na sua história e majoritariamente, um ser urbano, só assim pode uma cidade deixar de ser essa amálgama de construções e leis criadas com o objetivo de se controlarem cada vez mais totalmente os espaços de circulação (de corpos, desejos, ideais, afetos); só assim pode uma cidade se tornar uma coreografia de atualização de potências políticas (LEPECKI, 2012, p. 49).

Entender as identidades como discursos em profusão e diálogo continuado nas estruturas das textualidades da vida, faz pensar também sobre o lócus de seu acionamento, o substrato de sua manifestação e ainda o espaço de sua localização. Para que se construam, se expressem e movam, as identidades possuem um esteio espacial.

Construído a partir dos modos de fazer a vida e o cotidiano, o caráter identitário participa do trânsito de impermanências, descontinuidades e deslocamentos que produzem incessantemente novos sentidos para indivíduos, grupos e a dinâmica social. Esta atividade é sediada no espaço e este, guardando suas rugosidades e conteúdo sócio-histórico, está sujeito a confluências de poder.

É, portanto, no território que as identidades são celebradas. É no espaço habitado que os sentidos de si, do outro e da realidade se tornam cognoscíveis em forma de experiências (ROUX, 2004). Estas experiências são, naturalmente, materiais, mas não se estabelecem sem um eixo conceitual e intuitivo. Desse modo, as identidades são veículos de navegação territorial, sem o qual o sistema territorial não teria sentido e operação.

Retomando a leitura coreográfica de Lepecki (2012) sobre a experiência socioespacial dos sujeitos e sua ação política como o exercício coreopolítico, entende-se que não há performance coreográfica sem cenografia, sem palco. O esteio espacial com suas ranhuras, incongruências e metamorfoses fornece este sentido dramático à experiência humana.

As identidades em sua expressão, manutenção e progressão são coreográficas e coreopolíticas. Os gestuais, movimentos, iconografias e culturas manifestadas das/pelas identidades são movimentos coreopolíticos que repelem a sentença moderna de unificação e os estratégias hegemônicas de controle e coerção. E este passo de dança social é topográfico, ou topocoreográfico, e, portanto, territorial.

O território é uma arena; onde se projetam informações e esforços sob relações de poder (RAFFESTIN, 1993); em que processos de delimitação, apropriação e produção cultural, política e econômica ocorrem (HAESBAERT, 2004); em que negociações de controle e autonomia são operadas espacialmente (SOUZA, 2013); e se desdobra como uma construção coletiva multidimensional (SAQUET, 2009).

Para além das delimitações jurídicas e fronteiriças, o território é uma propriedade espacial construída para reger e comportar a carga de sentidos produzidos ordinariamente pelos sujeitos, grupos e instituições. Assim, o território fala. Fala a partir das configurações e sistematizações de que é feito, das assimetrias de poder e do fragor relacional dos quais participam sujeitos em suas identidades e performances.

Como sistema, o território é uma tessitura visível da dinâmica espaço-temporal em progressão diante das relações sociais, culturais, naturais e políticas. O território é ainda um recôndito sensível dos sentidos e vínculos que os indivíduos constroem no espaço habitado, produzindo-se como sujeitos a partir de suas identidades e, mesmo no influxo diaspórico, dilui ou amplia limites.

Assim, quando o território fala, o faz a partir dos sujeitos; fala a partir das identidades em produção e deslocamento; fala a partir do curso sócio-histórico dos campos de força e de múltiplas agendas que transformam o espaço habitado, produzido e vivido. É das relações territoriais portanto que vem a sonoridade necessária para que os sujeitos em luta constituam sua trama e trajetória insurgente.

Mobilizações sociais são esquemas demonstrativos das vocalizações territoriais e identitárias. As reivindicações nascem de organizações sistemáticas do conhecimento e da ação social, mas emanam dos circuitos vivenciais do território e seus sistemas. É da substância do território comportar e articular antagonismos e conflitos produtivos e produtores da realidade.

As pautas de uma mobilização se planificam a fim de tornarem-se compreensíveis estrategicamente no processo de insurgência. Antes de serem articulações discursivas, são prospectos vivenciais. Ao sustentar uma demanda, o manifestante fala do conteúdo sócio-histórico e relacional do território - espaço vivencial - em sua indumentária identitária - intra e intersubjetiva -, qualificando a vocalização.

É comum que no rol dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2011b; 2014) e as aqui tipificadas mobilizações sociais em rede (GOHN, 2018) as pautas e demandas se misturem, mesmo que guardando discrepância entre si. Há na constituição reticular destas manifestações, como discutido anteriormente, um insumo aglutinador que produz bricolagens contextuais e conceituais de ação.

Esse quadro explica a situação de que nas ruas e nas redes digitais, os participantes de junho de 2013 empunhavam bandeiras distintas, programas cruzados e ideários contrastantes (SINGER, 2013; BARROS, 2014). Esta Babel da insurgência tem na heterodoxia seu marcador: é o trânsito da diferença que particiona o conflito e amplifica as vozes destinadas aos seus opositores - uma tática que emana da prerrogativa das redes.

A tônica insurgente é uma insatisfação tática e operacional que se processa a partir das opressões e vulnerabilidades que fundamentam a ação. É a indignação e no gestual do protesto que reside a sintaxe necessária para que múltiplas vozes supersônicas cumpram seu curso de nos/pelos territórios ecoar seus pleitos.

A colagem de demandas sem o capitaneamento de uma estrutura organizada tradicional, embora acenasse para caminhos múltiplos e pouco concentrados - o que poria em risco a força do movimento em longo prazo -, diz mais respeito à mecânica constitutiva da mobilização, do que sobre agendas regulares. Na gênese da mobilização social em rede está a performance como pujança sociopolítica, como um discurso eloquente por sua seleção vocabular.

Em junho de 2013, a multidão convivia com uma nuvem de pedidos, gritos, cartazes, bandeiras e expressões. A imprensa noticiava a tônica atordoante do evento: "contra tudo e contra todos". A imprecisão organizacional era suplantada pela multidão adensada e que vertiginosamente angariou adeptos solidários em multiescalas.

Essas demandas indexadas em direitos reclamam projetos. As vozes não indicam apenas insatisfações isoladas, mas na acústica de um movimento multiescalar, adquiriu uma consciência territorial difusa, capaz de produzir uma narrativa de disputa ao discurso de governança, política e economia. E não se tratam de meros projetos.

Os projetos de país estão comumente atrelados aos representantes políticos, estes responsáveis pela realização de medidas, projetos, leis e ações que garantam ou gerem desenvolvimento em instâncias municipais, estaduais e nacionais. Isto é, a representação vista como delegação do curso de desenvolvimento e enfraquecimento da cidadania é uma tônica comum dessa discussão.

No entanto, nas redes e na multiescala das Jornadas de Junho de 2013, os projetos de país eram disputados. A princípio, por força da insatisfação popular pelos representantes e pelo quadro político geral, sem força de diálogo com a manifestação (SANTOS; CUNHA, 2019). Mas, por outro lado, projetos de país passaram a representar a conjuntura de projetos de vida, ameaçados conforme a aquiescência das pautas.

A insatisfação política e os projetos de vida em jogo nos projetos de país convivem com a tibieza sociopolítica e cidadã do brasileiro (CARVALHO, 2000). Esse quadro peculiar e sugestivo pela contradição parece indicar que há uma nova mecânica de compreensão popular sobre o objeto político, cidadão e, conseqüentemente, a partir da noção de desenvolvimento.

Gera-se mobilização e insurgência, na medida em que os projetos de vida postos na vitrine da multiescala e da comunicação alternativa das redes e a cobertura midiática tradicional são vilipendiados. Ora, os ideais individuais ou localizados reclamam partes do desenvolvimento prometido de modo messiânico na alternância de agendas políticas.

Forma-se um quadro complexo: os impasses do desenvolvimento como programa que abarque os dilemas de uma realidade complexa, a dissidência cidadã, a insatisfação política e a disputa de contexto da narrativa sobre os rumos do país, confundidos por uma noção individual, personalizada e de consumo dos produtos sociais como direitos e o bem viver.

Projetos de vida tornam-se projetos mais relevantes do que projetos de país. Tal prospecto é combustível mobilizador. A insurgência torna-se um veículo de eco das vozes marginalizadas pelo ruído político, econômico e midiático. As mobilizações sociais tradicionais não se esvaziam (MANEIRO, 2006), mas tornam-se entrelaçadas a esses novos fluxos de agência e potência.

Como o sistema territorial é o plano em que a consciência, o reconhecimento e a reação a estes processos se desencadeiam, é o próprio território que se torna uma arena de contravenção, resistência e disputa. Desse modo, o território passa a realizar no âmago da mobilização uma "mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais" (DEMATTEIS, 1999).

Nessa perspectiva:

Os atos, os comportamentos, a corporeidade, portanto, atualizam, presentificam os distintos ordenamentos espaço-tempo no fluxo das ações dos indivíduos, no sentido de que eles fornecem ao contexto os padrões que orientam os indivíduos. Estes padrões não são em nada concernentes apenas às formas do agir, mas também, às intencionalidades do agir - atualizam também os embates, os projetos, os desideratos, concernentes às vivências dos indivíduos nas redes do acontecer, nas redes do fazer, nas redes discursivas [...], o que permite/condiciona que um comportamento numa rede do acontecer sofra influências de estratégias pensadas em seus desdobramentos em outras redes do acontecer (SANTOS, 2011, p. 220).

Quando vilipendiadas, provocadas ou deslocadas para legitimar projetos de poder, as territorialidades se ativam como territorialidades de insurgência (SANTOS, 2017). Reagem em luta e se unem solidariamente a sujeitos que partilham comuns territoriais, mesmo que por planos de realidade e projetos de vida distintos. As territorialidades passam do laço ao encaço, reclamando os sentidos que as constituem como paraísos comunais.

As territorialidades insurgentes nas mobilizações sociais em rede são, por essa combinação de fatores - refletância on-line e off-line, unidade e diversidade de sujeitos engajados por uma pauta comum e que se torna comunal -, o que se chama aqui de **territorialidades episódicas**. Isto é, marcadas por um episódio espaçotemporal de pressão e ruído tornado político e que, passada a descarga catártica insurgente, retorna aos sujeitos como substância de sua agência, identidade(s) e potência.

Episódicas, essas territorialidades não carecem de consistência, já que o conteúdo da luta e dos sujeitos são suas próprias manifestações pessoais e coletivas. Pode-se dizer ainda que tal caráter é a indumentária característica desta tipologia mobilizadora, onde não apenas a eclosão e a difusão são determinantes, mas sobretudo o declínio, que aqui é transformador.

O engajamento solidário, isto é, no reconhecimento da própria experiência e vivência a partir dos outros catalisando uma coletividade, é fundamental nesse processo. Essa flexão é otimizada pelo alcance e pelo caráter de coesão das redes, dado ao pertencimento expressivo e eloquente dos sentidos de luta mobilizados.

A multiescalaridade, como unidade impensável em tal heterogeneidade coletiva e identitária, é possível pela especificidade das redes com *input* e *output* simultaneamente *on-line* e *off-line*. O viço solidário assume então uma corporeidade volumosa, difusa e heterodoxa que retorna em visibilidade um caráter espontâneo, emergente e episódico.

Há que se destacar a discussão utilitária dos movimentos sociais que reclamam formas conhecidas e formais de processamento da substância da luta social. Ou ainda, o caráter episódico poderia significar um defeito de agência, já que dada à horizontalidade e

informalidade, as pautas não se politizam em configurações prontamente reconhecíveis de movimentos sociais.

Entende-se que, nessa tipologia, essas mobilizações são tributárias das formações insurgentes tradicionais, mas apresentam em sua constituição dinâmicas novas. O acontecer solidário dos movimentos sociais se imiscui da fluidez fugidia das redes, designando formatos, práticas e processos particulares de se colocar em movimento.

Em suma, as territorialidades episódicas são laços sociais potencializados por elementos mobilizadores, cuja pujança vivencial conclama à ação. Ativadas sob o vínculo social e do instante mobilizador, territorialidades se formam em um episódio de agência e potência, criando dinâmicas territoriais e escalares que potencializam a envergadura de atos insurgentes.

Na produção do episódio e suas territorialidades, o laço cria solidariedade por meio de imagens de identificação e que aproximam contextos e vivências - mesmo díspares. As identidades flutuantes como laços solidários episódicos, criam o viço necessário para que a mobilização escoe sua pauta e mantenha-se coesa, desarticulando-se desse estado de flutuação com o findar das operações práticas dos atos.

Considerações finais

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e outras mobilizações sociais em rede contemporâneas se apresentam a partir de uma sequência de eventos espirais. A intensidade de sua produção e reprodução declina na mesma velocidade que sua evanescência. Tal prospecto, porém, revela não a natureza de seu significado ou pujança, mas sua substância e tipologia.

Por meio de exercícios identitários flutuantes, as mobilizações ganham as feições de um acontecimento caudaloso, subsidiado pela solidariedade insurgente de territorialidades que denotam laços - como tais - episódicos. Flutuação e episódio são platitudes constitutivas destes movimentos que os caracterizam e, ao mesmo tempo, fornecem luzes necessárias para se compreender agência, potência e insurgência na contemporaneidade das redes.

O flutuante e o episódico aqui designam fronteiras de interpretação e vivência da política de mobilizações sociais de qualquer natureza. O suposto fim ou tibieza que podem aparentar não são outros aspectos senão a metabolização de transformações que começam com a emergência dos sujeitos e suas lutas e cuja completude não pode ser metrificada a partir de visões utilitaristas ou corporativistas do fenômeno insurgente.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) por meio de bolsa de doutorado concedida em período parcial à integralização do curso no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em Montes Claros/MG. Trata-se de um extrato do trabalho de pesquisa cuja tese se intitula "Espaços de insurgência e cidadindade: novas práticas, performances, estéticas e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das Jornadas de Junho" defendida em 31 de agosto de 2021.

Referências

- ADORNO, T. W. **Primeira versão**. Teoria da Semicultura. Porto Velho, 2005.
- BARROS, M. Os idiomas misturados vindos da rua. In: GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, 2014. p.60-66.
- BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. 2. ed.. Paris: Armand Colin, 1966.
- CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- _____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DEMATTEIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. *et al.* (Org.). **I futuri della città – Tesi a confronto**. Milano: Angeli, 1999.
- GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- _____. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitud**: guerra y democracia en el a era del Império. São Paulo: Record, 2005.

LACLAU, E. Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas. In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad**: diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

LEPECKI, A. Coreopolítica e Coreopolícia. **Ilha (Revista de Antropologia)**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. (2011) 2012.

MANEIRO, M. Movimentos sociais e Estado: uma perspectiva relacional. In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, Maria (org.). **América Latina hoje**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 85-121.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROUX, M. O reencantamento do território. O território nos rastros da complexidade. In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A. **Geografia, ciência do complexus**: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SANTOS, R. E. **Movimentos sociais e Geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SANTOS, G. S. **#Vemprarua**: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. 178f, Montes Claros, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. "Não é por R\$ 0,20, é por direitos": dinâmicas de insurgência nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 94-110, jul. 2019.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e temporalidades**. São Paulo: Consequência, 2009.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SINGER, A. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 97, n. 3, p. 23-40, nov. 2013.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TOURAINÉ, A. O sujeito. In: _____. **Iguais e diferentes**. Poderemos viver juntos? Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 79-123.

_____. O sujeito como movimento social. In: _____. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

Recebido em 16 de setembro de 2022.

Aceito em 01 de novembro de 2022.

Publicado em 02 de novembro de 2022.